



DEUTSCH  
PORTUGIESSISCHER  
JOURNALISMUS-PREIS  
PRÉMIO DE JORNALISMO  
LUSO-ALEMÃO

## 2.º Prémio

**Fabian Federl**

**Sob o efeito...**

**Süddeutsche Zeitung Magazin**

Tradução: Paulo Rêgo

## Sob o efeito...

Texto: Fabian Federl, Fotografia: Kristin Bethge

**No Algarve, dezenas de agricultores que até agora têm produzido papaias, abacates ou maracujás, reconvertem a sua produção: passam agora a cultivar canábis. A sua aposta é na legalização da marijuana a nível europeu.**

Na região de Tavira, na costa sul de Portugal, seja qual for a estrada pela qual se siga, o mais provável é que, mais cedo ou mais tarde, nos deparemos com uma exploração agrícola: poderão ser laranjais ou instalações para a produção de framboesas, ou talvez até plantações de abacateiros ou papaieiras. De cestos nas mãos, o pessoal contratado para as colheitas avança por entre os caminhos de gravilha, os cartazes à beira da estrada anunciam os frutos aí produzidos. É em Tavira que cresce a melhor fruta. As pessoas orgulham-se disso. E sempre assim foi.

Nos últimos meses, porém, foram postas cercas em redor de algumas explorações, acrescentou-se arame farpado, montou-se portões para controlar as entradas, dotados de leitores de impressões digitais. Por detrás desses portões há agentes de segurança que revistam as malas, que fornecem batas, luvas e coberturas para sapatos e que conduzem os visitantes através de câmaras de desinfeção. Em breve, Tavira deverá vir a produzir mais do que apenas fruta.

Deste tipo de instalações, a maior nesta região pertence à Agrivabe, uma empresa portuguesa especializada na produção de frutos tropicais. Carlos Oliveira é o responsável pela gestão desta unidade agrícola. Em setembro de 2021, quando em Tavira ainda o verão se faz sentir, é o próprio Carlos Oliveira que nos conduz através da câmara de desinfeção; entramos de seguida nas instalações, para um corredor com janelas, do outro lado das quais se estendem dezenas de pavilhões-estufa. Em quatro desses pavilhões, o que ali se vê, uma fileira após a outra, são plantas de canábis, 12 800 unidades em cada pavilhão. Além disso, há ainda salas destinadas à clonagem, aos cuidados dispensados às plantas jovens, bem como um espaço que alberga as plantas-mãe. «Na próxima entrega, iremos exportar dez toneladas de flores de canábis», revela Oliveira. «Poderíamos, só nós, abastecer todo o mercado alemão de canábis para uso medicinal.»

Aquando da nossa visita, só raramente são abordadas as terapêuticas à base da canábis, nem tão-pouco o é a questão do cultivo da planta. Não se fala de «boas práticas», «margens» e «cadeias de abastecimento», mas antes de *best practices*, *margins* e *supply chains*, expressões que também por aqui permanecem em inglês. Fala-se de standardização, de controlo da temperatura e da qualidade, da segurança do produto.

Esta exploração, tal como outras existentes em Tavira, marca o auge do progresso na agricultura moderna. «Investimos oito milhões de euros só na construção das instalações», informa Carlos Oliveira. Os outros produtores não investiram menos. E produzem quantidades igualmente grandes. No conjunto, bem mais do que é utilizado.

«Trata-se de uma questão de sobrevivência», explica Oliveira. «Para que isso aconteça é preciso ter um bom produto, mas sobretudo dinheiro.» No negócio da canábis medicinal está-se sob o efeito de uma espécie de êxtase, que atrai quem gosta de se entregar a esse enlevo. Mesmo com todos os riscos envolvidos. «Neste negócio vai haver muita gente a perder muito dinheiro», afirma ele.

Em finais de 2020 a Comissão dos Estupefacientes das Nações Unidas decidiu riscar a canábis da lista de substâncias que constam no texto da Convenção Única sobre Estupefacientes, pelo que o Tribunal Europeu de Justiça deixou de classificar o canabidiol (CBD) – uma substância ativa da canábis – como um estupefaciente. A maioria dos estados europeus avança no sentido de uma abertura do mercado em relação à canábis, tanto do ponto de vista da utilização medicinal como para um consumo por prazer: entre eles conta-se a Alemanha, a Áustria e a Suíça. O mercado para a canábis medicinal na Europa é estimado em 400 milhões de euros no que diz respeito ao corrente ano, sendo que até 2025 deverão vir a ser transacionados, ao todo, 3200 milhões de euros. Só a Alemanha representa atualmente metade do valor referido. Entre 2018 e 2021, o número de prescrições com origem em consultórios médicos decuplicou: o número de pacientes cifra-se agora em 300 mil.

Este não é um negócio como outro qualquer. Por um lado, é já «na idade adulta» que vem ao mundo. O *know-how* necessário para o cultivo, as variedades existentes, tudo isso é amplamente conhecido; afinal de contas, há décadas que, por todo o mundo, a canábis é plantada e criada de modo ilegal. Por outro lado, trata-se agora de um produto para uso medicinal, pelo que está sujeito a controlos bastante rígidos. O investimento necessário em instalações adequadas é elevado, as licenças são difíceis de obter, as cadeias de fornecimento funcionam de um modo burocrático, a prescrição médica é um processo incómodo. As empresas têm de dispor de uma grande quantidade de capital e de resistência, para não perder o fôlego. Não são pequenos agricultores que decidem cultivar um pouco de erva, mas sobretudo empresas multinacionais que estão cotadas em bolsa ou são financiadas por capital de risco. Apesar de tudo, até hoje permanece a incerteza sobre a possibilidade de na Europa a canábis medicinal vir sequer a ser um negócio muito proveitoso. Até ao momento, quase ninguém está a conseguir ter lucro.

Serão poucos os que irão conseguir sobreviver: quem praticar o melhor preço, quem tiver o melhor produto, quem prestar o melhor serviço. Ou então quem contar as melhores histórias. Mais ainda do que acontece com o surgimento de outros mercados novos e por explorar, a natureza deste negócio também atrai mentirosos e gente de seriedade dúbia. Nas páginas de Internet dos produtores não se encontra moradas de contacto, apenas são disponibilizados números de telemóvel para potenciais investidores. Nos meios de comunicação especializados vão sempre sendo difundidas histórias novas e inacreditáveis: as instalações mais modernas do mundo, a maior extensão de cultivo, os processos mais inovadores. A verdade é que o dinheiro não provém da venda da canábis, mas antes dos investidores. «É um esquema em pirâmide», afirma um conhecedor deste ramo de atividade.

No fundo, o objetivo primário nem sequer é produzir canábis medicinal, mas antes conseguir sobreviver, na esperança de vir a ser comprado por um fabricante de cervejas ou uma multinacional do tabaco. Ou então tornar-se tão grande que se fica com o mercado na mão. E quem já hoje dominar o mercado da canábis medicinal fará fortuna com a canábis recreativa.

Esta corrida está a acontecer em lugares perfeitamente tranquilos, como é o caso de Tavira, no Algarve. Em 2019 o cultivo foi legalizado, as exportações começaram em 2020. Portugal dispõe das melhores condições: dias longos e soalheiros, temperaturas estáveis, o conhecimento adquirido no cultivo de frutos tropicais, experiência na agricultura *high-tech*. A regulamentação portuguesa resulta também nos custos mais favoráveis para produtores, exportadores e investidores. A Prohibition Partners, uma firma de consultoria no âmbito da canábis, escreve o seguinte: «Portugal é a maior história de sucesso em toda a Europa.»

No pavilhão da produção escuta-se o zumbido das moscas e mosquitos, tudo é «bio», o uso de pesticidas não é permitido, o equilíbrio é mantido pelas populações de insetos. Formando uma espécie de tapete verde, as folhas das plantas de canábis agitam-se com a ligeira corrente de ar produzida pelo sistema de ventilação; com 45 dias, as plantas atingem a maturação certa

e têm um metro de altura – são da variedade MacFem, mais clara e esguia do que as plantas ao lado, da variedade Purple Punch. Na Agrivabe cultiva-se estas duas subespécies, mas não só; também aqui crescem variedades com uma certa notabilidade, como é o caso da White Widow, da Remo Chemo e da Shark Attack. «O desenvolvimento genético resultou do comércio enquanto droga», refere Carlos Oliveira. Ao longo de várias décadas de comércio ilegal foram sendo feitas experiências que agora se revelam úteis para fins legais.

Fica-se com a impressão de que Carlos Oliveira está num ambiente a que não pertence. Tem 54 anos de idade, trabalhou na Boehringer Ingelheim, na Grünenthal e na Roche, uma vida inteira na indústria farmacêutica. Na Agrivabe percebiam de papaias, de framboesas e outras frutas cujo cultivo é complicado; contudo, precisavam de alguém que fosse capaz de levar por diante este novo produto através dos complicados meandros dos processos de aprovação. Oliveira foi recrutado porque já trabalhava com opiáceos. «A canábida é uma planta complicada», afirma ele. «É sensível, suscetível a doenças.» Mais complicado ainda é conseguir cumprir tudo aquilo que a legislação prevê, obedecer a todas as condições previstas nas fases do crescimento, da colheita, da entrega.

Aquando da legalização em 2019, o sul de Portugal tinha dois países europeus como concorrentes: os Países Baixos e a Dinamarca. Dois países com o *know-how*, mas sem o sol, sem o calor. No sul de Portugal existem atualmente instalações cujos custos de exploração são mais favoráveis do que os das instalações *indoor* no norte da Europa.

Logo a seguir ao início dos trabalhos na Agrivabe, instalaram-se mais três produtores. Neste momento, há cerca de uma dúzia mais em processo de licenciamento. Pouco a pouco, a região vai-se tornando um dos mais promissores locais de cultivo de canábida na Europa.

Para lá de uma câmara com mais portas de segurança avista-se dois agrónomos israelitas, que vão avançando ao longo de corredores com estantes onde existem centenas de plantas jovens. Sobre algumas dessas plantas é colocada uma espécie de campânula, outras são rodadas ou trocadas de lugar, trata-se de um trabalho que exige experiência, mas que, visto de fora, quase parece comandado pela arbitrariedade. Os dois homens acompanham o desenvolvimento de milhares de clones da planta-mãe. É ali que se procede ao apuramento genético de toda a produção: a variedade é comprada a um fornecedor, a partir daí são desenvolvidos milhares de espécimes da planta – candidatos a servir como planta-mãe –, de entre os quais é selecionada a melhor mãe com as melhores mutações, que dará origem a novos rebentos. Só os mais adequados é que irão para as estufas. Da planta-mãe, só neste ciclo de produção, existem aqui 13 mil clones.

As plantas crescem durante quatro meses, depois são colhidas, as flores são separadas das folhas, secam durante dez dias, são compactadas e vendidas para exportação em sacos de um quilograma. As flores de Tavira podem mais tarde, em embalagens de alguns gramas, vir a ser adquiridas em farmácias alemãs, desde que para tal se disponha da respetiva receita. Para fazer face a dores crónicas, ataques de pânico, ou para estimular o apetite; e há centenas de outras possibilidades de aplicação.

Trabalhar naqueles pavilhões é uma atividade cansativa: o ar está húmido e abafado, estão 30 graus, os trabalhadores usam fatos protetores completos. É com autêntico fascínio que Carlos Oliveira relata os pormenores técnicos das condições do pavilhão: fala-nos mais da ventilação do que acerca das plantas. Conhece bem os custos elevados de tudo o que ali está. Dos oito milhões de euros investidos – a que acrescem os custos com pessoal e consultores, bem como os emolumentos dos licenciamentos – até agora ainda nada foi recuperado. Com efeito, os processos são demorados, há que realizar colheitas de teste, controlos de qualidade, e tudo isso consome tempo. E para ter esse tempo há que ter dinheiro.

A Agrivabe pertence ao Grupo Madre, um grupo empresarial português com atividades em diversos domínios: produz um conhecido vinho tinto, bem como telenovelas para a televisão pública, e gere uma cadeia de hotéis no Algarve. Desde o ano passado passou a incluir também o cultivo de canábis. «A maior parte das empresas não irá sequer sobreviver até estar em condições de realizar o primeiro fornecimento», declara Carlos Oliveira. O negócio é incerto. «O preço da canábis não tardará a cair e então as margens de lucro irão contrair-se», explica ele. Oliveira fala com toda a abertura por ter a certeza de que o financiador desta exploração permanecerá. A Agrivabe é um de apenas dois produtores portugueses que recebem o apoio de um grupo empresarial. Todos os restantes são financiados através da bolsa ou de capital de risco.

O negócio é impulsionado pela esperança – de que o preço não caia muito depressa, de que outros desistam primeiro, mas sobretudo de que em breve o mercado venha a ser bem diferente. Espera-se que, além de produto medicinal, a canábis passe a ser um bem para consumo recreativo. Foi precisamente esta esperança que desencadeou uma espécie de corrida ao ouro.

E tal como aconteceu na corrida ao ouro que ficou para a história, é frequente que quem chegue em busca desse ouro jamais consiga deitar-lhe a mão; restam-lhe apenas as histórias grandiosas contadas a esse respeito.

Quase todos os grandes consórcios com dimensão e alcance internacional que se movimentam no negócio da canábis são do Canadá. Todos eles estão cotados em bolsa nesse país, o primeiro a legalizar a canábis para uso medicinal. Desde 2017 que na Alemanha os consultórios médicos passaram a poder prescrever canábis medicinal. Nessa altura, o único produtor de canábis que existia na Europa era a empresa holandesa Bedrocan. A procura aumentou, a Bedrocan não conseguiu dar resposta às necessidades de fornecimento. Assim sendo, o Canadá assumiu esse papel.

As empresas canadianas foram-se financiar em bolsa, na ordem dos milhares de milhões, estavam numa posição vantajosa, tanto em termos de *know-how* especializado como em termos de capital à sua disposição. E agora tiram partido disso. Nas palavras do já referido conhecedor deste ramo: «Eles estão a praticar *empire-building*, a aumentar a sua influência. Todos querem ser a Amazon da canábis.» Este não quer falar abertamente, já que os intervenientes neste negócio não são muitos e as regras ditam que não se fale acerca dos outros.

As empresas Tilray e Curaleaf são as que possuem as maiores instalações em Portugal. A primeira é canadiana; a segunda é norte-americana, mas encontra-se cotada em bolsa no Canadá. Quase todos os outros produtores portugueses foram comprados por empresas canadianas, aquisições essas que continuam ainda a ser financiadas pelo dinheiro obtido em bolsa. Ou seja, não por rendimentos gerados pela venda do produto, mas antes pela vontade de alguns investidores de apostar que, no futuro, este virá a ser um negócio rentável. E continua a ser angariado cada vez mais dinheiro, sempre de novos investidores.

A acompanhar, vão surgindo sempre novos cabeçalhos nas notícias dos jornais, que mantêm as gentes da bolsa entusiasmadas. A Tilray funde-se com a Aphria, uma outra empresa que se dedica à canábis medicinal e recreativa, tornando-se assim a «maior empresa de canábis a nível mundial». A Curaleaf torna-se uma «*vertically integrated cannabis company*» (seja o que for que isso signifique), a maior do mundo. A Aurora é «a maior importadora, exportadora e distribuidora autorizada de canábis na União Europeia». A Canopy Growth possui «a maior rede de distribuição de canábis do mundo». Já que não podem todos ser o maior em tudo, cada um é o maior num aspeto qualquer do negócio. E quando os superlativos já não bastam, vai-se em busca de celebridades: a Tilray criou uma comissão consultiva em que têm assento

Joschka Fischer e os seus colegas ex-ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal, da Austrália e do Canadá. Uma outra empresa refere que o fundador do Youporn, Fabian Thylmann, investiu nela 15 milhões de euros.

Uma boa história não conta necessariamente a verdade toda. Uma *start-up* afirmou ser capaz de extrair tetrahydrocannabinol (THC) a partir de bactérias usadas para produzir tequila. Pouco depois de a notícia ter sido veiculada pela imprensa especializada, o fundador dessa empresa vendeu-a a uma das multinacionais canadianas que operam no setor da canábis. Até hoje não existe qualquer terapêutica baseada nas bactérias usadas na tequila. Outras *start-ups* apressam-se a estabelecer filiais em diversos países europeus. Com frequência, mais não são do que empresas de fachada, com pouco mais do que um endereço postal, de modo a, no papel, parecerem maiores, mais interligadas, mais importantes. «*Pump and dump*» é aquilo que um conhecedor do ramo suspeita estar a acontecer: o preço das ações é inflacionado e, quando gente suficiente tiver já acreditado na patranha, a empresa é vendida. O que a seguir acontece é indiferente.

E ao que parece, nós, enquanto jornalistas, somos encarados como um obstáculo. Mantivemo-nos em contacto com a Tilray Portugal ao longo de vários meses, fomos convidados para uma visita, mas no último momento tudo foi cancelado devido a «preocupações com questões de segurança». Contactámos por escrito outros 18 produtores, tendo recebido uma resposta de apenas três deles; um desses três, também ele instalado em Tavira, desmarcou a visita poucas horas antes da altura combinada. Invocou como justificação «danos causados por um temporal», embora aquele dia de verão se apresentasse soalheiro.

Os únicos dois que, por fim, aceitaram receber-nos estão sediados na região de Tavira. A Cannprisma, cujos 15 milhões de euros de investimento foram suportados por uma empresa de reciclagem, e a já referida Agrivabe. São esses os dois únicos produtores portugueses de canábis e não são financiados quer através da presença em bolsa ou por capital de risco. Trata-se de empresas cujo financiamento não está dependente de se estar constantemente a produzir boas notícias.

«Com alguma frequência o negócio não passa de especulação imobiliária», explica Carlos Oliveira. «Os investidores compram um terreno, pedem as licenças de exploração e vendem depois tudo por dez vezes mais.» O que mudou é que, a partir desse momento, passa a poder-se cultivar ali canábis. «Em Portugal, foram concedidas 50 licenças para o cultivo de canábis. Dessas licenças, há 14 produtores com projetos postos de pé. Apenas três produzem efetivamente canábis, mas nenhuma delas está a fazer dinheiro.»

O que atualmente se passa no mercado da canábis é um fenómeno que já ocorreu na Alemanha, no final da década de 1990, quando do nada surgiu um outro negócio: a rede móvel de telefone. Dezenas de empresas, estatais e em parceria com privados, tanto regionais como multinacionais, lançaram mãos a esse negócio. Era território ainda por explorar. A esperança era que aqueles que, desde cedo, conseguissem demarcar a sua posição no mercado viessem a ser capazes de sobreviver. Os custos das infraestruturas eram enormes: as redes tiveram de ser construídas, foi preciso erigir antenas, instalar cabos e ligações. Houve que adquirir as licenças de UMTS, que desenvolver legislação e implementá-la. Contudo, o dinheiro não era problema. A Deutsche Telekom, a empresa de telecomunicações estatal, prestes a entrar em bolsa, contratou o ator Manfred Krug para uma campanha de publicidade, em que de um modo sem precedentes se propagou a ideia de que aquela era uma «ação do povo», um título de crédito em bolsa que permitiria que toda a gente saísse a ganhar. A «T-Aktie» (nome popular atribuído às ações da Telekom) entrou no mercado a 15 euros, subiu até aos 103, mergulhou até aos 8 euros e é hoje transacionada a cerca de 17.

A Tilray, presentemente a mais importante empresa ligada à produção de canábis na Europa, entrou no mercado em 2018 a 17 dólares, subiu quase até aos 150, mergulhou até aos 5 dólares e é hoje transacionada a 8.

Tal como aconteceu na corrida ao ouro, também o entusiasmo pela *green rush*, a «corrida verde» pela canábis, se esgotará. Todos os especialistas com quem falámos afirmaram que esta já terminou, acrescentando que quem vier agora, já terá chegado demasiado tarde.

De acordo com um relatório da Prohibition Partners, a oferta já excede em três vezes a procura. No entanto, as explorações são mantidas «vivas», a funcionar, porque há uma perspectiva. Uma esperança de escapar a este esquema em pirâmide. «O sucesso dos atuais empreendedores europeus está dependente de uma procura crescente no domínio da canábis medicinal», escreve a Prohibition Partners. E, mais importante ainda, do «sucesso dos esforços que visam a legalização».

Num escritório de advogados em Berlin-Mitte, bem no centro de Berlim, pouco tempo antes das eleições legislativas para o Bundestag, somos recebidos por Stephan Kramer, um homem com cerca de 35 anos e um corte de cabelo meticuloso, além dos demais sinais distintivos do mundo das *start-ups*. A sala de reuniões tem uma vista panorâmica sobre a cidade, Kramer utiliza os mesmos termos em inglês que já Oliveira usava. Kramer negocia com canábis. De acordo com os objetivos formulados, a sua *start-up* pretende vir a ser uma das empresas com um papel decisivo na distribuição da canábis europeia na Alemanha. Até ao momento, a firma de Kramer tem sido financiada por capital de risco, tal como quase todas as *start-ups* neste ramo. A verdade é que tudo é muito complicado, seja qual for a etapa do processo.

Kramer e os seus colegas sabem bem que as coisas são mesmo assim; viajam por toda a Alemanha, com vista a prestar os esclarecimentos necessários a médicos e farmacêuticos. Dispõem de material informativo com os princípios orientadores da utilização medicinal, desde o âmbito da aplicação dos produtos até à apresentação dos formulários de requerimento.

Até agora as coisas processam-se do seguinte modo: se um médico quiser prescrever canábis, terá de apresentar um requerimento à caixa de previdência. É frequente tais requerimentos ficarem retidos durante semanas nos serviços. Os médicos e médicas que prescrevem canábis têm de justificar por que razão o fazem e porque não optam por um medicamento convencional. Além disso, cada paciente é obrigado a participar num estudo promovido pelo Instituto Federal do Medicamento.

Se tudo correr bem com a prescrição, o paciente poderá dirigir-se a uma farmácia, onde receberá medicamentos com extrato de canábis ou então as flores da planta – gozando estas últimas de cada vez maior aceitação. O custo delas é de 9,52 por grama, acrescidos de outro tanto de taxa suplementar cobrada pela farmácia. Tomando como base a média da quantidade prescrita de um grama por dia, é fácil de ver que o dispêndio mensal pode chegar a cerca de 600 euros.

«Concentramo-nos no mercado da canábis medicinal», refere Stephan Kramer, «mas é claro que toda a gente está de olhos postos na legalização.» Acrescenta que têm ocorrido conversações com todos os partidos: os Verdes haviam já delineado com toda a clareza um caminho rumo à legalização, o FDP falava de a Alemanha vir a tornar-se uma nação exportadora de canábis. Contudo, mesmo sem exportação, as possibilidades da canábis enquanto negócio são gigantescas: Justus Haucap, professor de Economia da Universidade de Düsseldorf, calculou que, por ano, sejam na Alemanha consumidas, de modo ilegal, entre 250 e 600 toneladas de canábis. Se esses números forem transpostos para um mercado que poderá

vir a ser legalizado, alcança-se quantias anuais na ordem dos 5 mil milhões a 12 mil milhões de euros, sem contar com os apetrechos necessários para o consumo. Como termo de comparação, considere-se os 7 mil milhões de euros alcançados anualmente pelas empresas cervejeiras. A Alemanha seria, de longe, o maior mercado a nível mundial para a canábis recreativa.

«A questão não é *se* é legalizado, mas *como* o será», argumenta Stephan Kramer. O primeiro dos cenários seria assim: a canábis pode ser vendida e cultivada livremente. É pouco provável. O segundo cenário seria: a distribuição da canábis é feita de modo centralizado, uma agência estatal seria o único comprador. Neste caso, o mais provável é que só as empresas canadianas consigam sobreviver, pois ninguém é capaz de vender tão barato e produzir em tal quantidade. O terceiro cenário: a canábis é distribuída através das farmácias e de lojas especializadas, cujos vendedores terão de obter uma licença e serão controlados. A aquisição, a distribuição e a produção são regidas pelas regras do mercado, havendo concorrência. Kramer acredita ser este o cenário mais provável.

Poucas semanas após o nosso encontro, recebemos uma mensagem de Stephan Kramer: a coligação resultante das eleições pretende legalizar a canábis para fins recreativos. «Recebo telefonemas de todo o lado, da África do Sul, da Dinamarca», afirma Kramer. «Todos querem entrar no negócio.» O que ele previra concretizou-se. A Alemanha aprova a legalização e todos aqueles que estão ativos no setor da utilização medicinal realizam um desvio e corrigem a trajetória. «No acordo da coligação está aquilo que tínhamos imaginado», diz Kramer. A venda realizada através de negócios especializados. Lojas, portanto, que integram uma cadeia de valor já antes em funcionamento para a canábis medicinal. Kramer e os seus colegas possuem já o acesso aos fornecedores, conhecem os métodos de verificação. «Está em curso um segundo *green rush*», declara Kramer.

Ainda será verdade o que Carlos Oliveira disse há poucas semanas, que muita gente iria perder dinheiro? «A situação só irá piorar», afirma ele. «Um *green rush* pode também acabar numa *pot-com bubble*...» Uma alusão à bolha especulativa das empresas *dot-com*, que tão espetacularmente rebentou no ano de 2000.

Antes de sairmos das instalações de produção em Tavira as nossas mochilas são revistadas, os bolsos das calças têm de ser virados do avesso e mostrados. Já no parque de estacionamento, a partir do qual se podem ver três novos pavilhões que não tardarão a começar a laborar, Carlos Oliveira faz-nos sinal para o seguirmos, pois quer mostrar-nos mais qualquer coisa. Passamos junto às instalações onde é produzida a canábis, até uma estufa em forma de túnel, onde não há qualquer barreira à entrada, qualquer sistema de segurança, apenas uma folha de plástico. Oliveira levanta-a, revelando milhares de papaieiras. «A Agrivabe é o maior produtor de papaias da Europa», informa ele. «E no futuro pretendemos continuar a sê-lo.» No fundo, o que se aplica aos outros, também se aplica a eles. O negócio da canábis é uma aposta. Uma aposta que se pode perder. Com a fruta de Tavira, porém, tem-se a certeza de continuar a ganhar.

**FABIAN FEDERL** e **KRISTIN BETHGE** focaram a sua atenção na Agrivabe mediante uma indicação que lhes foi dada por Bharat Kumar, um apanhador de fruta indiano que haviam acompanhado há um ano, para um artigo realizado também para a *SZ-Magazin*, a revista do jornal *Süddeutsche Zeitung*. Kumar trabalhou na plantação de papaias até a Agrivabe ter decidido começar a plantar canábis.